

Posicionamento Contra a Reforma Administrativa

Senhor(a) Deputado(a),

As trabalhadoras e trabalhadores do serviço público das esferas municipal, estadual e federal, por meio da Pública-Central do Servidor, estão mobilizados contra esta proposta de Reforma Administrativa que está para ser apresentada ao Congresso Nacional pelo Grupo de Trabalho constituído para esse fim pelo presidente da Câmara, Hugo Motta.

O coordenador do GT, deputado Pedro Paulo, tem apresentado pontos da reforma em várias entrevistas, mas não se digna a dar conhecimento do texto da proposta, que parece estar concluído desde a primeira quinzena de julho, nem mesmo aos integrantes do tal GT, desconsiderando o compromisso dos parlamentares com a ética, a democracia e a transparência.

Este comportamento evasivo do referido Deputado nos parece um golpe a ser desferido contra o povo brasileiro e contra as servidoras e os servidores que são o braço do Estado na aplicação das políticas públicas e que enfrentam, por meio da estabilidade, as investidas do mercado. As audiências públicas têm segregado as entidades que representam as trabalhadoras e os trabalhadores em contraste com a grande aproximação deste coletivo de parlamentares com o conjunto de representação da indústria, comércio e serviços.

Segundo o deputado Pedro Paulo, esta reforma tem como principal objetivo tornar o Estado mais eficiente, transparente e digital. A eficiência e transparência não virão com a fusão ou extinção de carreiras fundamentais para a execução de diversas políticas públicas e, muito menos, com as alterações nas formas de contratação. A ampliação da digitalização dos serviços públicos, sem a devida atenção à grande parcela do povo brasileiro que não tem habilidades digitais, acesso a ferramentas tecnológicas e, nem mesmo, a pacotes de dados, para acessar tais serviços, poderá excluir parte da sociedade do acesso aos serviços essenciais.

As premissas desta Reforma são, no mínimo, equivocadas, e terão como reflexos a precarização das relações e vínculos de trabalho no serviço público, com impactos nas carreiras, na vida laboral, na previdência dos servidores, e, especialmente, na efetividade do atendimento ao cidadão em suas demandas.

Aliado a isto, com o fim do Regime Jurídico Único e a desconsideração da geração futura contribuindo para o Regimes Próprios de Previdência, os mais de 2,2 mil RPPS sofrerão um colapso e gerarão déficits que serão suportados pelos tesouros estaduais e municipais no futuro.

Neste contexto, vimos, por meio desta carta, requerer o comprometimento de V. Sa. com a defesa e o fortalecimento do serviço público, não aprovando esta Reforma Administrativa que só está na cabeça de alguns poucos deputados selecionados que desconhecem a realidade do serviço público. Lutem para que haja valorização e respeito com o trabalho das servidoras e servidores que garantem ao povo deste país os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Nos comprometemos a divulgar seu retorno, ou a falta dele, a esta solicitação de comprometimento de V. Sa. com o serviço e servidores públicos, firmando posição contrária à esta Reforma Administrativa proposta pelo Deputado Pedro Paulo, especialmente em sua base eleitoral.

Cordialmente.

Assinam esta carta as seguintes entidades:

